

04/10/2011

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.234 DISTRITO  
FEDERAL**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: DERCIDIO INACIO FERREIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ULYSSES PEDROSO FERREIRA E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO COATOR CONSISTENTE EM DECISÃO JUDICIAL. NÃO CABIMENTO DA AÇÃO. REJEIÇÃO DE PEDIDO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DE JULGAMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA.

1. É inadmissível a impetração de mandado de segurança para desconstituir ato revestido de conteúdo jurisdicional. Precedentes.

2. A apresentação de memoriais não é ato essencial à defesa, mas mera faculdade que pode ser exercida pela partes em qualquer momento processual anterior ao julgamento da causa.

3. A negativa de adiamento de sessão de julgamento para a prática de ato processual de caráter facultativo não importa em cerceamento de defesa.

4. Recurso ordinário em mandado de segurança ao qual se nega provimento

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em negar provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança**, nos termos do voto da Relatora.

**RMS 30.234 / DF**

Brasília, 4 de setembro de 2011.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

04/10/2011

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.234 DISTRITO  
FEDERAL**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: DERCIDIO INACIO FERREIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ULYSSES PEDROSO FERREIRA E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

## **RELATÓRIO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Recurso ordinário em mandado de segurança interposto por Dercídio Inácio Ferreira, em 3.9.2010, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no Mandado de Segurança n. 15.303/DF.

2. O Recorrente relata ter interposto Embargos de Divergência contra a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 787.900/SP.

Em 26.9.2009, o Ministro Relator no Superior Tribunal de Justiça negou seguimento aos embargos de divergência, ao fundamento de que seriam extemporâneos, pois interpostos antes do julgamento dos embargos de declaração, e que sua interposição descumpriria o princípio da unirrecorribilidade. O Recorrente opôs embargos de declaração, rejeitados, e interpôs agravo regimental.

Informa ter requerido, tempestivamente, o adiamento do julgamento de seu recurso para que pudesse apresentar memoriais aos Ministros. Entretanto, o pedido foi indeferido e o recurso teve seu provimento negado pela Segunda Sessão do Superior Tribunal de Justiça.

**RMS 30.234 / DF**

Diante disso, opôs novos embargos de declaração e formulou pedido de uniformização de jurisprudência. Narra ter requerido o adiamento da sessão de julgamento de seu recurso para apresentação de memoriais, o que foi novamente indeferido pela Segunda Sessão daquele Tribunal, que rejeitou os embargos e ressaltou a inadequação do pedido de uniformização de jurisprudência. Irresignado, opôs embargos de declaração, rejeitados com a imposição de multa de 1% sobre o valor da causa.

O Recorrente impetrou, então, o Mandado de Segurança n. 15.303/DF, objetivando fosse declarado nulo o acórdão proferido no julgamento do Agravo de Instrumento n. 787.900-EDv-ED-AgR/SP, *“a fim de que seja concedida ao impetrante a oportunidade de apresentar memoriais aos Dignos Ministros [do Superior Tribunal de Justiça]”* (fl. 15).

Em 14.6.2010, o Ministro Castro Meira denegou a ordem, ao fundamento de que o mandado de segurança não seria cabível contra ato jurisdicional de Ministro Relator ou de órgãos fracionários do Superior Tribunal de Justiça e que o indeferimento do pedido de adiamento do julgamento para apresentação de memoriais não caracterizaria cerceamento de defesa. Essa decisão foi confirmada pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do agravo regimental interposto pelo Recorrente.

3. Em 3.9.2010, o Recorrente interpôs o presente Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (fls. 429-439).

Alega que seu mandado de segurança seria cabível, *“tendo em vista o esgotamento de todas as vias recursais possíveis [e porque] o recurso extraordinário não possui efeito suspensivo”* (fl. 432).

O Recorrente sustenta, em síntese, que o julgamento de Agravo Regimental nos Embargos de Declaração nos Embargos de Divergência

**RMS 30.234 / DF**

no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 787.900/SP seria ilegal, pois teria requerido, tempestivamente, o adiamento da sessão de julgamento para que pudesse apresentar memoriais aos Ministros julgadores.

O Recorrente afirma que, ao privá-lo da apresentação dos memoriais, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça teria cerceado seu direito de defesa.

Pede seja provido o presente recurso para *“que o Mandado de Segurança impetrado seja recebido, conhecido e ao final concedida a segurança, a fim de que seja declarado nulo o v. Acórdão prolatado do Agravo Regimental nos Embargos de Divergência no Agravo n. 787.900/SP”* (fl. 439).

4. Em 21.10.2010, a União apresentou contrarrazões (fls. 445-452).

5. Em 9.11.2010, o presente recurso ordinário em mandado de segurança foi admitido pelo Ministro Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça (fl. 454).

6. A Procuradoria-Geral da República opinou pelo não provimento do recurso ordinário.

**É o relatório.**

04/10/2011

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.234 DISTRITO  
FEDERAL

**V O T O**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Razão jurídica não assiste ao Recorrente.

O presente recurso ordinário volta-se contra decisão da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça que negou provimento ao Agravo Regimental no Mandado de Segurança n. 15.330/SP.

Esse mandado de segurança, por sua vez, foi impetrado contra ato da Segunda Sessão do Superior Tribunal de Justiça que, a despeito do pedido de adiamento formulado pelo Recorrente para que pudesse apresentar memoriais aos Ministros, procedeu ao julgamento do Agravo de Instrumento n. 787.900/SP-AgR-Edv-ED-AgR.

É contra a negativa de adiamento da sessão de julgamento do recurso interposto pelo ora Recorrente que se impetra o presente recurso ordinário.

2. Ao examinar o agravo regimental interposto contra a decisão do Ministro Castro Meira que denegou a ordem no Mandado de Segurança n. 15.303/SP, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça decidiu:

*“PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. SÚMULA 267/STF. TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. 1. O remédio heróico do mandado de segurança é manifestamente inadmissível no caso vertente, haja vista que, consoante o disposto na Súmula 267/STF, não é cabível a impetração de writ contra ato judicial suscetível de recurso. Ademais, é cediço que não cabe mandado de segurança contra ato jurisdicional dos*

**RMS 30.234 / DF**

*órgãos fracionários ou de relator do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes. 2. Ainda que assim não fosse, a decisão judicial que se pretende reformar por meio desse mandado de segurança não carrega qualquer traço de teratologia, pois, na verdade, encontra-se afinada com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual não caracteriza cerceamento de defesa a rejeição do pedido deduzido para que o julgamento seja adiado. 3. Agravo regimental não provido” (fl. 397).*

3. A decisão recorrida não destoa da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, que se firmou no sentido de ser inadmissível a impetração de mandado de segurança contra ato revestido de conteúdo jurisdicional.

Nesse sentido, no julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 27.241/DF, de minha Relatoria, a Primeira Turma deste Supremo Tribunal decidiu:

*“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO COATOR CONSISTENTE EM DECISÃO JUDICIAL. USO DO MANDADO DE SEGURANÇA COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU DE AÇÃO RESCISÓRIA. INADMISSIBILIDADE. 1. É inadmissível a impetração de mandado de segurança para desconstituir ato revestido de conteúdo jurisdicional. O mandado de segurança não se presta a substituir recurso previsto no ordenamento jurídico, tampouco pode ser utilizado como sucedâneo de ação rescisória (Súmulas 267 e 268 do Supremo Tribunal Federal). Precedentes. 2. Recurso ordinário em mandado de segurança ao qual se nega provimento” (DJE 12.8.2010, grifos nossos).*

Na mesma linha, são precedentes:

*“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JURISDICIONAL DAS TURMAS OU DO*

**RMS 30.234 / DF**

PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO CABIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Não cabe mandado de segurança contra ato jurisdicional das Turmas ou do Plenário do Supremo Tribunal Federal. Precedentes [MS n. 25.019, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO, DJ de 12.11.04; MS n. 23.620, Relator o Ministro SEPULVEDA PERTENCE, DJ de 18.5.01; AgR-MS n. 21.734; Relator o Ministro ILMAR GALVÃO, DJ de 15.10.93 e AgR-MS n. 22.515, Relator o Ministro SYDNEY SANCHES, DJ de 4.4.97]. Agravo regimental improvido” (MS 27.915-AgR/DF, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJe 25.2.2010, grifos nossos).

“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO COATOR CONSISTENTE EM DECISÃO MONOCRÁTICA TRANSITADA EM JULGADO. DECISÃO PROFERIDA POR MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. WRIT QUE OPERA COMO SUCEDÂNEO DO RECURSO CABÍVEL CONTRA A DECISÃO MONOCRÁTICA OU DE AÇÃO RESCISÓRIA. DESCABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Conforme pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, salvo em situações excepcionais, é inadmissível a impetração de mandado de segurança para desconstituir ato revestido de conteúdo jurisdicional emanado de ministro do Supremo Tribunal Federal, mormente quando a decisão atacada já transitou em julgado. Com efeito, a teor da Súmula 268/STF, não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado. Agravo desprovido” (MS 27.371-AgR/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJe 21.8.2009, grifos nossos).

“EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO SINGULAR QUE NEGOU SEGUIMENTO A MANDADO DE SEGURANÇA. RECEBIMENTO DOS EMBARGOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. 1. Não se conhece de mandado de segurança impetrado contra decisão judicial da Presidência do Supremo Tribunal Federal já transitada em julgado. Incidência da Súmula 268 do STF (‘Não cabe mandado de segurança



**RMS 30.234 / DF**

*contra decisão judicial com trânsito em julgado'). Precedentes (...) 2. Inadmissível a impetração de mandado de segurança contra Ministro da Corte, no exercício da função jurisdicional. Precedentes (...) 3. O mandado de segurança não é de ser utilizado como sucedâneo de recurso, ou de ação rescisória. 4. Agravo regimental a que se nega provimento" (MS 27.335-ED/DF, Rel. Min. Ayres Britto, Tribunal Pleno, DJe 16.10.2009, grifos nossos).*

*"EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE ATO COATOR. MANDADO DE SEGURANÇA COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 268 DO STF. AGRAVO IMPROVIDO. I - O agravante deixou de demonstrar o direito líquido e certo ferido. II - A jurisprudência desta Corte, ademais, é no sentido de que não é cabível mandado de segurança como sucedâneo de recurso de decisão judicial. III - Agravo regimental improvido" (MS 26.767-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJ 30.11.2007).*

No mesmo sentido, são precedentes: MS 26.858/DF, de minha relatoria, decisão monocrática, DJ 30.10.2007; MS 27.252-AgR/RJ, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJe 19.12.2008; RMS 26.114/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ 15.6.2007; RMS 26.340/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJ 15.6.2007; MS 25.831-AgR/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ 9.2.2007; MS 24.399-AgR/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJ 18.8.2006; MS 25.689-AgR/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJ 18.8.2006; MS 24.542/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 15.10.2004; MS 25.026/DF, Rel. Min. Cezar Peluso, decisão monocrática, DJ 8.9.2004; MS 24.633-AgR/DF, Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, DJ 12.3.2004; MS 23.975-AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 5.10.2001; MS 22.748-AgR/RJ, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, DJ 29.8.1997; MS 22.626-AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 22.11.1996; e MS 21.734-AgR/DF, Rel. Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, DJ 15.10.1993.

**RMS 30.234 / DF**

4. Não procede, de igual maneira, o argumento de que a rejeição do pedido de adiamento da sessão em que seu recurso foi julgado importou em cerceamento de defesa, pois impediu a apresentação de memoriais aos Ministros que compõem a Segunda Sessão do Superior Tribunal de Justiça. A apresentação de memoriais não é ato essencial à defesa, mas mera faculdade que pode ser exercida pela partes em qualquer momento processual anterior ao julgamento da causa.

Nesse sentido, a Advocacia-Geral da União ressaltou:

*“o impetrante poderia ter apresentado memoriais a partir da data da distribuição ao Eminentíssimo Ministro Relator a este, e também a todos os demais Ministros integrantes do órgão julgador, de maneira antecipada, sem aguardar a publicação da pauta, não fez por que não quis.*

*Nesse sentido, o impetrante ora recorrente não se viu impedido de apresentar os pretendidos memoriais, além disso, ainda que os houvesse apresentado, não demonstrou em momento algum o prejuízo que teria experimentado, eis que não poderia alegar nos memoriais nada que já não constasse dos autos, dada a impossibilidade jurídica de se inovar ou trazer alegações inéditas no âmbito dos Tribunais Superiores, dada a falta de prequestionamento.*

*Não se pode alegar, desta maneira, que o adiamento foi a causa única e exclusiva de o recorrente não ter apresentado seus memoriais, como visto não o fez por opção.*

*Inobstante isso, a apresentação de memoriais é mera faculdade da parte, não se constituindo em direito subjetivo líquido e certo, que seria amparável por mandado de segurança” (grifos nossos).*

Na mesma linha, o Procurador-Geral da República ponderou:

*“11. Ademais, o Recorrente não motivou o porquê não apresentou os ‘indispensáveis’ memoriais de forma antecipada. Ora, a parte, em última análise, não demonstrou a existência de óbice algum*

**RMS 30.234 / DF**

*à apresentação, de forma que não se pode asseverar que o indeferimento de adiamento da sessão de julgamento fora a única e exclusiva causa que obstou a aludida apresentação.*

*12. Destarte, resta evidente a não caracterização de cerceamento de defesa e, por consequência, do direito líquido e certo.*

*13. Finalmente, cabe salientar que o Recorrente não expôs o prejuízo decorrente da não apresentação dos memoriais, limitando-se apenas a alegar seu cerceamento de defesa de forma genérica, aplicando-se neste caso o princípio “pas de nullité sans grief” (fls. 4-5 do parecer).*

É de se ressaltar, ainda, que a negativa de adiamento de sessão de julgamento para a prática de ato processual de caráter facultativo não importa em cerceamento de defesa. Nesse sentido:

*“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. CAUSÍDICO QUE NÃO PÔDE ESTAR PRESENTE À SESSÃO DE JULGAMENTO PARA OFERECER SUSTENTAÇÃO ORAL. (...) 1. O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido que, por possuir caráter facultativo, o indeferimento de pedido de adiamento de sessão de julgamento, pela impossibilidade de comparecimento do advogado da parte para oferecer sustentação oral, não gera nulidade. (...). Agravo regimental a que se nega provimento”(AI 717.895-AgR, Rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma,DJe 6.3.2009, grifos nossos).*

*“AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE RETIRADA DE PAUTA. INDEFERIMENTO. NULIDADE DE JULGAMENTO. INOCORRÊNCIA. 1. Solicitação de retirada de pauta, para viabilizar sustentação oral pelo advogado, recebida como pedido de adiamento. 2. Tendo sido publicada a pauta, não há que se falar em nova publicação, pois não se vincula a uma data específica. 3. Agravo regimental improvido” (RE 585.535-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJe 4.3.2011, grifos nossos).*

**RMS 30.234 / DF**

**6. Pelo exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente recurso ordinário em mandado de segurança.**

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 30.234**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

RECTE.(S) : DERCIDIO INACIO FERREIRA

ADV.(A/S) : ULYSSES PEDROSO FERREIRA E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** A Turma negou provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 4.10.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian  
Coordenadora